

MEMÓRIAS DAS RESISTÊNCIAS PRESENTES NAS RUAS: OS APARECIDOS POLÍTICOS

*“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.”*

Walter Benjamin

A célebre frase acima nos indica algo além de uma metáfora a respeito da árdua tarefa de juntar fragmentos da maior ditadura militar brasileira (1964-1985). Quando se trata de tentar reunir peças perdidas, acordar os mortos e encontrar nossos desaparecidos políticos nos vemos no meio de uma grande tempestade. Que tempestade é essa que nos impele para o futuro? Como será tentar dirigir o rosto para o passado enquanto, no presente, ainda não efetuamos uma justiça de transição de uma ditadura para uma democracia? Quais são nossas ruínas e fragmentos em meio a tantas perdas, desaparecimentos, torturas e assassinatos de centenas de pessoas cometidos pelos militares golpistas?

Como aponta o filósofo Vladimir Safatle, no livro *O que Resta da Ditadura*¹, “..nossa democracia não é estável nem progride em direção ao aperfeiçoamento. Ao contrário, ela tropeça nos mesmos problemas e é incapaz de superar os impasses que a atormentam há 25 anos. Não vivemos em um período de estabilidade democrática. Vivemos em um período de desagregação normativa com suspensão de dispositivos legais devido à interferência de interesses econômicos no Estado (vide caso Daniel Dantas), bloqueio da capacidade de participação popular nos processos de gestão do Estado (...), denúncias sucessivas de 'mar de lama' desde a primeira eleição presidencial e, por fim, o fato aberrante de uma Constituição que, vinte anos depois de ser promulgada, possui um conjunto inumerável de artigos de lei que simplesmente não vigoram...”

Inseridos nessa tempestade chamada progresso (ou seria democracia?), nos vemos na constante posição de termos que lutar pela consolidação do direito à memória, justiça e verdade. Em meio a batalha de viabilizar uma justiça de transição, são diversos os fatores que influenciam os avanços e retrocessos. Mesmo sabendo que o Estado tem progredido, timidamente, em alguns

¹ Um dos livros de cabeceira do nosso coletivo. Outro livro muito usado por nós foi o “Direito à Memória e à Verdade”, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

pontos como a criação da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão da Anistia, e mais recentemente, da Comissão da Verdade, é de se notar que o verdadeiro progresso ainda não foi realizado. Nesse contexto, a sociedade civil entra como uma tarefa importantíssima na garantia de direitos que o Estado muitas vezes se nega a viabilizar ou intensificar. Dai urge o imperativo histórico de todos nós tentarmos ser um pouco desses anjos de olhos escancarados e bocas abertas apontados na epígrafe.

Devemos olhar para as ruínas, devemos tentar juntar fragmentos... E foi isso que aconteceu em *Jaborandi-SP*, em 2007. Literalmente se juntou fragmentos dos arquivos da ditadura militar: mais de 100 documentos encontrados pelo ex-cortador de cana Cleiton Oliveira. Aquela notícia do descobrimento dos arquivos do famigerado DOPS, a qual tivemos conhecimento através das redes sociais, seguiu em um contexto de intensificação da luta por justiça, memória e verdade fortalecida recentemente pela implantação da recente Comissão da Verdade. Apesar de reconhecermos que pós ditadura, diversos movimento sociais² já travavam uma intensa luta pela justiça de transição, nos deteremos nesse texto mais precisamente em duas iniciativas recentes, o *Projeto Memórias da Resistência* e sua relação com os trabalhos do coletivo de arte ativista fortalezense chamado *Aparecidos Políticos*.

É importante salientar que a descoberta dos documentos, assim como a criação do belo *Projeto Memórias da Resistência*, acontecem em um momento de revelações da nova etapa da redemocratização, assumida principalmente pelo ponta pé inicial da reivindicação de segmentos da sociedade, pela instalação de uma comissão da verdade no PNDH-3 (Plano Nacional de Direitos Humanos). Apesar do plano ter sido alvo de uma ampla campanha de deslegitimação por parte de setores conservadores – talvez um dos maiores ataques ideológicos ao governo Lula, segundo Paulo Vannuchi -, ainda sim o plano conseguiu avançar. No período em que a Comissão da Verdade entra em pauta, surgem no Brasil alguns fatos históricos relevantes como: a entrega à família dos restos mortais do cearense Bergson Gurjão; a revelação do ex-delegado do DOPS da cremação de corpos de presos políticos na usina Cambahyba, no Rio de Janeiro; a condenação e confirmação de Brilhante Ustra como torturador pelo poder judiciário de São Paulo (ação cível); o processo inédito de crimes de sequestros do coronel da reserva do Exército brasileiro, Sebastião Curió Rodrigues de Moura e o major da reserva Lício Augusto Maciel, durante a Guerrilha do Araguaia em ação movida pelos admiráveis procuradores do Ministério Público Federal em Marabá e aceito pela juíza Nair Pimenta de Castro; os esculachos e denúncias aos torturadores da ditadura realizada pelo Levante Popular da Juventude e diversos movimentos sociais; as Caravanas da Anistia realizadas pela Comissão da Anistia, a instalação de Comissões da Verdade em âmbito estadual, municipal e

2 Por exemplo os ex-presos políticos, movimentos pela anistia e familiares de mortos e desaparecidos políticos.

de Comitês pela Verdade ao longo de todo Brasil. Enfim, são muitos os escombros que ainda são descobertos e que precisam ser levantados nessa nova fase da consolidação da justiça de transição.

Antes de expormos nossa relação com o *Projeto Memórias da Resistência*, faremos uma breve apresentação de nosso coletivo, para depois comentarmos a respeito da revelação dos arquivos de Jaborandi e suas repercussões no nosso trabalho enquanto artistas.

Nossos mortos...Desaparecer e aparecer

Em outubro de 2009, presenciamos um fato raro e histórico: a chegada, depois de mais de 30 anos, dos restos mortais do cearense e ex-guerrilheiro, Bergson Gurjão Farias à terra natal dele, Fortaleza. Aquele acontecimento, ao mesmo tempo fúnebre e triste, trazia um espírito de alívio e de justiça. Presenciar os familiares Gurjão Farias efetivando o direito sagrado ao enterro de um ente querido afluou em nós sentimentos até então desconhecidos. Até aquela data, nós jovens na fase dos vinte anos, pouco ouvíamos falar de Ditadura Militar e nossa concepção era de que esse período já era caso encerrado. A errônea noção de anistia como esquecimento, e não de justiça, era majoritária pra gente. Foi daí que as imagens do pequeno caixão sendo carregado por ex-presos políticos e familiares começou a ressurgir no nosso dia a dia, quando íamos dormir, quando passávamos no local do velório: era como se tivesse algo incompleto. Será que fechamos um ciclo com o enterro do Bergson? Ao mesmo tempo que refletíamos sobre essa questão, ao andarmos pela cidade, observávamos nomes de ruas e instituições homenageando ditadores e descobrimos que o caso do cearense foi uma excepcionalidade. Havia bem mais mortos e desaparecidos políticos³ da Ditadura Militar.

Foi nesse breve contexto que três estudantes de Artes Visuais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (dois deles membro do grupo de pesquisa denominado Meio Fio Pesquisa Ação) e uma cineasta tiveram a ideia de formar um coletivo para realizar intervenções urbanas na cidade com a missão, praticamente impossível, de ir em busca dos desaparecidos políticos. A ideia de se agregar arte e política partiu da necessidade de se pensar formas criativas de intervenção. Para nós, segundo Jacques Rancière, “a resistência da obra não é o socorro que a arte presta à política. Ela não é a imitação ou antecipação da política pela arte, mas propriamente a identidade de ambas. A arte é política”. Resgatando a memória de alguns artistas que sofreram repressão ou realizaram trabalhos numa perspectiva revolucionária e inspirados em iniciativas de

3 Apesar da questão quantitativa ser quase desprezível posto que não existe ditadura pior ou melhor - todas matam, torturam, estupram e desaparecem -, é importante citar que um recente estudo do governo pretende incluir 370 nomes na lista oficial de mortos e desaparecidos políticos. Ver: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/05/16/interna_brasil,302564/governo-reve-numero-de-vitimas-da-ditadura-e-lista-contem-457-nomes.shtml

memória argentinas⁴, passamos a fixar, nos muros de ex-centros de torturas ou centros de resistência da ditadura, os cartazes com as imagens dos desaparecidos políticos seguido dos seus nomes e datas de desaparecimento. Realizamos, também, rebatismos de instituições públicas com nomes de ditadores como: a renomeação do Centro Social Urbano Presidente Médici para Edson Luis; a criação da Praça do Preso Político Desaparecido e a intervenção no auditório Castelo Branco dentro da nossa própria instituição de ensino, o IFCE. Temos, atualmente, um projeto com rádio livre em que, ao mesmo tempo que questiona a falta de democracia nos meios de comunicação, advinda dos resquícios de práticas autoritárias dos anos de chumbo, intervém no espectro eletromagnético do ar com a emissão de radiofrequências na FM 103.5, fazendo a leitura do nome dos mortos e desaparecidos políticos e interagindo com artistas e movimentos sociais da cidade. Através desse projeto fomos para a cidade de Campinas e Marabá, essa última centro dos conflitos da Guerrilha do Araguaia⁵.

Memórias da Resistência: dos escombros, os arquivos

A importância da descoberta dos arquivos da ditadura militar na fazenda de Jaborandí, em São Paulo foi decisiva para uma comprovação de que ainda há muito a se fazer em torno das discussões a respeito da abertura dos arquivos, e também, da efetivação da justiça, memória e verdade. Nacionalmente, acreditamos que esse fato comprovou que ainda é possível, mesmo depois de anos, encontrar materiais referentes àquele período, ao contrário do que se quer fazer crer a “cultura do esquecimento” levada à cabo, principalmente, por setores conservadores. Mesmo sabendo que já existem iniciativas oficiais de democratização desses arquivos como o projeto Memórias Reveladas, do Centro de Lutas Políticas no Brasil, e a recente aprovação da Lei de acesso à informação, o *caso Jaborandí* expôs que a própria sociedade civil tem sua importância nesse processo.

Ao termos conhecimento do *Projeto Memórias da Resistência*, nosso coletivo passou a observar com mais atenção a questão da *abertura dos arquivos*. Passamos a trocar contatos, inicialmente através de *e-mail*, e posteriormente, através das redes sociais com Pedro Russo, um dos integrantes do projeto. (O interessante era que esse contato não era um ex-presos político, e sim um jovem, como a gente. Ver alguém da nossa idade desenvolvendo um trabalho na mesma temática, ao mesmo tempo em que outros eventos por memória ocorriam, foi pra gente tocante). Os arquivos

4 Os HIJOS (Hijos y Hijas por la Identidad y la justicia contra el olvido y el silencio) e o GAC (Grupo de Arte Callejero).

5 Para ver mais detalhes de nossas intervenções, como vídeos, fotografias e textos, acessar nosso site oficial: www.aparecidospoliticos.com.br

encontrados por Cleiton Oliveira, posteriormente entregues ao poder público, fez com que nosso coletivo pensasse em novas intervenções urbanas que não as já realizadas. Foi então que nos indagamos como, enquanto artistas, poderíamos trabalhar a questão dos arquivos.

Escolhemos a *intervenção urbana*, uma espécie de categoria dentro da arte contemporânea, para nossos trabalhos: “Ao expandir os meios tradicionais de produção e recepção, forma e matéria, representação e expressão, as intervenções urbanas alteram também as relações espaço-temporais e, com isto, tornam-se sítios de cidadania, criação, debate e produção de conhecimento, onde as práticas sociais e culturais fazem parte da obra ...”, comenta o artista e educador Herbert Rolim. A partir dessa noção de arte enquanto estética relacional, realizamos a intervenção “Leitura da Abertura”⁶: em dezembro de 2011, a convite da Rede Nacional dos/as Advogados/as Populares, fomos convidados a apresentar nosso trabalho na abertura do encontro nacional dos mesmos. Resolvemos pensar uma intervenção surpresa, na qual imprimíamos 17 arquivos disponíveis no Centro de Referência de Lutas Políticas e os inseríamos na primeira página de cada pasta dos 130 advogados/as participantes do encontro. Os arquivos tratavam de diversas temáticas, desde letras de músicas e filmes censurados, passando por documentos do ditador Ernesto Geisel até um arquivo sigiloso do DOPS de 1967 que pede a apreensão de livretos subversivos. A distribuição dos arquivos ocorreu um pouco antes do início das palestras dos advogados e causou um clima de curiosidade e espanto em algumas pessoas presentes. No momento em que alguém terminava a leitura do arquivo, um integrante do grupo registrava os depoimentos dos que liam pela primeira vez aqueles documentos. Um advogado comentou: “Eu achei bacana, revela fatos que eu até então desconhecia, apesar de ser aqui de Fortaleza”.

A necessidade de se reivindicar a abertura dos arquivos, principalmente os escondidos por militares, torna-se urgente devido ao fato de que “No Brasil, o acerto de contas com o passado da ditadura (1964-1985) não está concluído. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está por ser completada. Prevalecem a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência. O processo de reparação econômica às vítimas da ditadura conduzido por meio de leis federais e estaduais de indenização e da ampliação da Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95) não contempla a restituição da verdade jurídica, a recuperação dos restos mortais dos militantes assassinados e a punição dos responsáveis por estes crimes”; comenta a ex-presa política Janaína Teles.

Na perspectiva de realizar essa radiografia foi que no mês agosto desse ano produzimos, em parceria com o Festival de Teatro de Fortaleza e a Comissão da Anistia, a 60ª Caravana da Anistia.

6 O vídeo pode ser acessado através da página: www.aparecidospoliticos.com.br/videos/

Dentro da programação de um mês de atividades organizamos junto a outros grupos artísticos⁷ um grande cortejo pelas principais ruas do centro da cidade que possuíam/possuem relação com a Ditadura Militar. A ideia era percorrer os locais para ressignificar, de maneira criativa, a memória dos espaços públicos desconhecidos por boa parte da população. Uma dos pontos escolhidos para o cortejo parar foi a sede do Arquivo Público do Estado⁸. Antes de realizarmos a ação, pesquisamos a respeito dos arquivos que estariam guardados na instituição. Foi possível fotocopiar alguns documentos que já estavam disponíveis para domínio público. Então, no dia do cortejo, realizamos a intervenção em que se simulava a liberação dos arquivos pelas janelas do prédio. A intervenção ocorreu da seguinte maneira: no momento em que o cortejo parou no Arquivo Público, nós do Aparecidos Políticos, aparecemos na sacada do prédio e, ao mesmo tempo que gritávamos os nomes de alguns dos desaparecidos, arremessávamos dezenas de cópias dos arquivos para o público presente no cortejo. Nas palavras do historiador André Mesquita, a “Arte ativista, engajada ou intervencionista é muito mais que um gênero carregado de exemplos de 'anomalias curiosas', úteis apenas para enriquecer o velho cânone da história da arte. Os campos da arte e do ativismo produzem experiências distintas, finalidades e processos que são particulares em seus meios de atuação”. Um pouco de uma experiência diferente, a partir da demanda da sociedade por querer saber o que se passou num período de ausência de liberdade, foi o que nos propomos a realizar. A intervenção foi interessante porque muitas pessoas além de não saberem o que era aquele prédio, não imaginavam que ali guardava-se arquivos referentes ao período de exceção. Outro fato interessante dessa experiência distinta era que alguns dos ex-presos políticos fortalezenses, que até então foram fichados em arquivos que hoje estão guardados naquela instituição de preservação da memória, encontravam-se presentes no cortejo. Era uma sensação curiosa a de apontar para o passado, arremessar documentos do pretérito, sabendo que nesse presente em construção e constante conflito, esses arquivos passaram a ter nova vida e novas significações tanto nas mãos de pessoas que viveram aqueles anos como jovens que nunca viveram na pele uma ditadura militar.

Ventos de memórias...

Além da inspiração de se trabalhar em torno da temática dos arquivos da ditadura militar, fortalecida a partir do *Projeto Memórias da Resistência*, o que nos interessa também são as articulações possíveis graças a tessitura de redes a nível nacional. As trocas de informações e materiais, como os Boletins informativos produzidos pelo *Instituto Práxis*, ao qual recebemos e

7 Alguns dos grupos artísticos participantes do cortejo foram: Grupo Expressões Humanas, Cutubas, Caretas, Fluxo Coletivo, Formosura e a turma do Theatro José de Alencar

8 Queríamos deixar registrado nosso agradecimento ao diretor do Arquivo, Márcio Porto, pela recepção e abertura.

distribuímos na nossa cidade, são fragmentos de uma história que se constrói a cada dia. A sensação de se encontrar nas esquinas da vida com outras organizações, materializadas através desse intercâmbio de experiência do Aparecidos Políticos com o *Memórias da Resistência*, em meio aos tormentos de tantas injustiças, nos faz acreditar na possibilidade da efetivação de uma justiça transicional. E aqui faz-se necessário citar outros agrupamentos que tem se organizado em torno da tarefa única de não se perder o resgate histórico da memória. Nesse trajeto temos visto mobilizações de esculachos do Levante Popular da Juventude a nível nacional; criação de Comitês da Verdade a nível estaduais e municipais; rebatimentos de ruas do Coletivo Transverso, de Brasília; intervenções do Coletivo Político QUEM de São Paulo como o “Cordão da Mentira”; produção de filmes e documentários como os do Cinema Pela Verdade e do diretor Evandro Medeiros de Marabá-PA, etc. Damos destaque especial também às Mães de Maio, de São Paulo, uma organização que luta contra a “intensificação de um Estado Penal, marcado pela crescente militarização de todas esferas da vida social; operações policiais violentas constantes; encarceramento em massa; e as execuções sumárias extra-judiciais praticadas por policiais assassinos...”

Ser impelidos irresistivelmente para o futuro implica assumir um compromisso que deve ser, não só o de estar atento às ruínas que crescem aos nossos pés, aos “ovos das serpentes”, mas sobretudo à imprescindível tarefa de resgatar dos escombros dessa tempestade, não só os corpos e sangues de nossos mortos e desaparecidos políticos, como também a luta de toda uma geração que tomou os céus de assaltos. Trata-se de estarmos atentos às criminalizações dos movimentos sociais, aos assassinatos no campo e na cidade dos lutadores sociais e aos crimes contra humanidade cometidos, hoje, pela doutrina do choque neoliberal. Em meio a essa tempestade do progresso, nós aparecemos e conclamamos toda juventude a nos articularmos em coletivos, movimentos e redes para, de maneira criativa e efetiva, reivindicarmos uma Comissão da Verdade que cumpra seus deveres, a punição aos torturadores, abertura dos arquivos da ditadura e a entrega dos restos mortais de nossos desaparecidos políticos. Ecoemos, juntos, um eterno grito de justiça, memória e verdade!

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política.** Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne . Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet . São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

MESQUITA, André. **Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva/** Prefácio de Cristina Freire. Apresentação de Vera Pallamin. - São Paulo : Annablume; Fapesp, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. Será que a arte resiste a alguma coisa?. In: LINS, Daniel. (org). **/Deleuze: arte, resistência:** Simpósio Internacional de Filosofia, 2004. Rio de Janeiro : Forense Universitária; Fortaleza, CE: Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007.

ROLIM, Herbert. **Praça/casa: ação, reflexão e imagem.** In: Encontro de Imagem Contemporânea, Fortaleza, 2009.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). **O que Resta da Ditadura : a exceção brasileira.** - São Paulo : Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por 'verdade e justiça' no Brasil. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). **O que Resta da Ditadura : a exceção brasileira.** - São Paulo : Boitempo, 2010.